

Ver recursos e contrarrazões para o edital



Lista de participantes com recurso

FRUTFICA COMERCIO LTDA

03/05/2024 | 12:07:18



Justificativa

Download do arquivo

Manifestamos intenção de interpor recurso por falta de comprovação do arrematante de que a marca ofertada possui selo FSC constante na *embalagem* do produto, conforme exige o instrumento convocatório.

PAPEX DO BRASIL INDUSTRIA E COMERCIO LTDA.

08/05/2024 | 14:49:20



Justificativa

Download do arquivo

Flagrante descumprimento a especificações exigidas ao objeto licitado, notadamente em relação à constatação de que o produto por ela ofertado (Papel A4) não possui o selo de Certificação FSC na embalagem e contendo as informações do fabricante, requisito obrigatório constante do item 19 do edital em referência.

Lista de contrarrazões

ATIVA LICITACOES EMPREENDIMENTOS COMERCIAIS LTDA

10/05/2024 | 10:31:19



AO ILUSTRE PREGOEIRO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CONSELHEIRO LAFAIETE

REF.: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 003/2024
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 010/2024
REGISTRO DE PREÇO Nº 001/2024

PAPEX DO BRASIL INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA., já qualificada nos autos da licitação em epígrafe, vem, nos termos do item 10.20.14. do ato convocatório, interpor **RECURSO ADMINISTRATIVO** contra o resultado do certame licitatório em comento, o qual requer seja recebido e, após analisado, seja reformada a decisão proferida, ou, faça-o subir à autoridade superior devidamente informado, pelos fatos e fundamentos a seguir expostos:

I - DA ESPÉCIE

Após a abertura e análise da documentação e proposta da licitante declarada vencedora no presente certame (**Ativa Licitações e Empreendimentos Comerciais Ltda.**) restou observado flagrante descumprimento a especificações exigidas ao objeto licitado, notadamente em relação à constatação de que o produto por ela ofertado (Papel A4) não possui o **selo de Certificação FSC na embalagem e contendo as informações do fabricante**, requisito obrigatório constante do item 19 do edital em referência.

Ainda antes da abertura da fase recursal, a ora recorrente questionou essas autoridades, via e-mail, em 03/05/2024, sobre tal descumprimento clamoroso às normas do edital, na medida em que uma breve pesquisa no portal do fabricante do produto ofertado pela citada empresa (<https://nacionalpaper.eco.br/>) restou constatado facilmente que todas as imagens do citado material não possuíam o selo FSC em suas embalagens.

Mais ainda, constava informação expressa de que eles eram os fabricantes do papel (matéria prima-bobina), o que os obrigaria a deter o selo FSC e do ISO 9.001 em seu nome.

Como se não bastasse, constava ainda a informação de que possuem FORNECEDORES COM FSC E ISO, o que dá entender, todavia, não serem eles os fabricantes do papel, ou seja, apenas fazem a conversão da bobina para o A4, o que os obriga a passar pelo processo de ISO 9.001 e ter a certificação FSC para o manejo correto e o correto descarte do processo de fabricação do A4. Adicionalmente, nestes casos, o selo FSC precisa estar em sua embalagem com o código que vincula a empresa, **O QUE EM NADA CONSTA DO MATERIAL EXISTENTE E OFERTADO NESTE CERTAME.**

Naquela oportunidade, diante de tal cenário de evidente descumprimento ao edital e às normas de certificação técnica ao produto licitado, a recorrente solicitou a essas autoridades a realização de diligências para que fosse solicitada à recorrida a amostra do produto para verificação das informações acima de molde a verificar se realmente detinham as certificações e ISO em seu nome e se o selo FSC constava na embalagem com o devido código da certificadora.

Todavia, lamentavelmente, nenhuma diligência foi realizada, o que prejudica a legalidade do presente certame licitatório, na medida em que está sendo adquirido um produto SEM CERTIFICAÇÃO, sem o selo FSC na embalagem, em desrespeito ao edital e às normas técnicas vigentes.

Nesse sentido, como último pedido na via administrativa, a recorrente requer a realização da diligência acima mencionada, sendo certa a desclassificação da recorrida, já que seu produto não possui o selo FSC na embalagem, muito menos o código da certificadora.

Com efeito, caso se aplique de modo imparcial o disposto no edital, não restará alternativa outra que não seja a exclusão da licitante indevidamente declarada vencedora, uma vez que:

- a) o edital é lei interna da licitação, sendo suas regras previamente divulgadas e iguais para todos;
- b) se o licitante discordava de suas cláusulas ou pretendia elaborar sua proposta em modo desigual às regras do edital deveria ter impugnado suas condições previamente;
- c) o preço aparentemente vantajoso não pode seduzir a Administração Pública a ponto de fazê-la ignorar quesitos importantes do edital, sob pena de beneficiar o licitante que descumpriu o edital e punir aqueles que se esmeraram em cumprir aos requisitos demandados; e
- d) o menor preço não opera isoladamente em um julgamento de licitação pública, ou seja, o fato de uma empresa ter apresentado a menor oferta não lhe confere um salvo-conduto para descumprir às regras exigidas pelo edital.

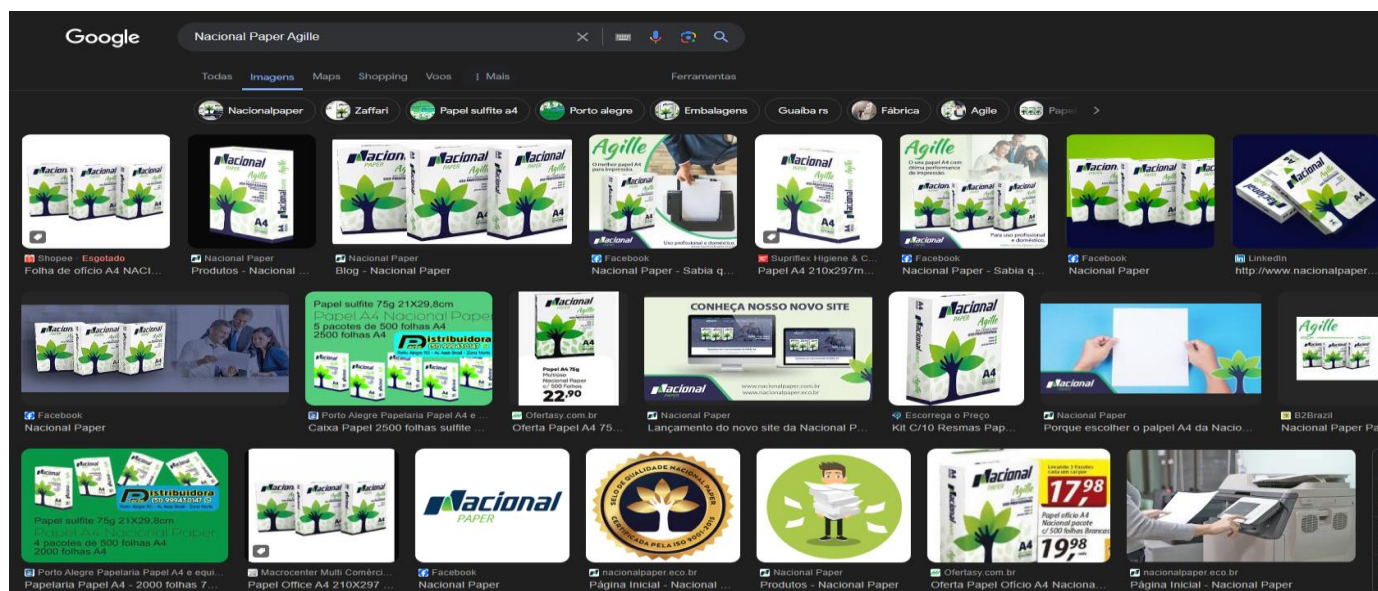
II – DA NECESSIDADE DE REVISÃO AO JULGAMENTO PROFERIDO

De início, cumpre observar a descrição do produto licitado constante do item 19 do edital:

“19. DA DESCRIÇÃO/QUANTIDADE E DO VALOR DE REFERÊNCIA

Papel para máquina copiadora, A4, branco alcalino, Off Set 75G/M², medindo 210mm x 297mm, sem timbre, produzido a partir de fontes responsáveis e renováveis, **COM SELO DE CERTIFICAÇÃO FSC NA EMBALAGEM E CONTENDO AS INFORMAÇÕES DO FABRICANTE**. Resma com 500 folhas. Superfície resistente, corte perfeito e absorção equilibrada que permite o melhor deslizamento da folha na impressora. Garantia de 99,99% de não atolamento. Deverá ser enviada caixa com 10 resmas cada. Qualidade igual ou superior Chamex, Reporter. FORMA DE APRESENTAÇÃO: A ENTREGA SERÁ FEITA POR CAIXA FECHADA COM 10 RESMAS CADA, conforme descrição constante do Anexo I – Termo de Referência”.

Desse modo, percebe-se claramente que o edital estabeleceu que o papel ofertado precisava conter o selo de certificação FSC na embalagem e contendo as informações do fabricante. No entanto, é manifesto que a recorrida **NÃO ATENDE** a tais requisitos uma vez que seu material não possui tais comprovações em sua embalagem e ISO não é difícil de se perceber em uma simples pesquisa no portal do fabricante do produto por ela ofertado (<https://nacionalpaper.eco.br/>). Nenhuma embalagem possui o selo FSC. Aliás, **não existem fotos de embalagens reais em tal portal**, mas apenas imagens digitais, sendo inadmissível que essas autoridades se contentem unicamente com informações extraídas de um site na internet:



Vantagens de comprar o papel da Nacional Paper

- ✓ Produto 100% qualificado.
- ✓ Nosso papel absorve melhor o toner e a tinta, impactando em uma economia nestes materiais.
- ✓ Produtos embalados B.O.P.P que lacra a passagem do oxigênio, melhor acondicionamento do papel, não enruga e nem desvia na impressora.
- ✓ Embalagem 100% RECICLÁVEL.
- ✓ Aspectos visuais com forte elemento de conexão entre empresa e consumidor através de: forma, cor, ilustrações, texto e marca se tornando um forte definidor de compra.
- ✓ **Fornecedores com especificações FSC e ISO 9001.**
- ✓ Processo automatizado sem nenhum contato manual desde a entrada das bobinas até a saída na esteira, sendo a única empresa com este tipo de tecnologia em atividade no Rio Grande do Sul.
- ✓ Nosso processo logístico é monitorado e rastreado por nossa empresa.
- ✓ Possuímos frota própria.
- ✓ Condições especiais de frete para sua empresa.

A informação acima, de que possuem FORNECEDORES COM FSC E ISO, leva a crer **não serem eles os fabricantes do papel**, ou seja, apenas fazem a conversão da bobina para o A4, o que os obrigaria a passar pelo processo de ISO 9.001 e ter a certificação FSC para o manejo correto e o correto descarte do processo de fabricação do A4. Adicionalmente, o selo FSC precisaria estar na embalagem com o código que vincula a empresa, o que simplesmente inexistente.

Nestes termos, a **diligência anteriormente suscitada se mostrava e ainda se revela plenamente legítima e MANDATÓRIA**, sendo certo que a ora recorrente novamente reitera, em respeito à TRANSPARÊNCIA que deve permear os processos licitatórios, a realização de diligência para que a recorrida apresente amostras da embalagem dos produtos ofertados.

A diligência a ser efetuada, prevista em lei e no item 18.6. do edital, deve requisitar à recorrida **o envio de amostra original com embalagem para comprovar o selo FSC e as certificações no caso da Nacional Paper ser a fabricante do papel (matéria prima = bobina de papel) ou, caso ela seja convertedora, o selo e código do FSC vinculada a Nacional Paper.**

O conhecido jurista Marçal Justen Filho¹ confirma esse pensamento quando destaca: **“Se os documentos apresentados pelo particular ou as informações nele contidas envolverem pontos obscuros apurados de ofício pela comissão ou por provocação de interessados, a realização de diligências será obrigatória.”**

Seguindo a mesma linha de raciocínio, Adilson de Abreu Dallari² teceu alguns comentários: **“Entendemos que a promoção de diligências, assim como a realização de consultas a pessoas ou a entidades para o esclarecimento de dúvidas que a comissão possa ter, é sempre possível, com ou sem previsão legal”.**

Por isso, esses Julgadores devem, ao menos, redobrar o cuidado no exame da do objeto ofertado, uma vez que há indícios de irregularidades que clamam por melhor apuração, especialmente pelo dever inerente ao agente licitante. E neste caso, **não está se pedindo diligência complexa ou de difícil obtenção, já que a empresa recorrida deve possuir supostamente tais amostras e embalagem para apresentação imediata.**

¹ Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos. 12 edição, São Paulo: Dialética, p. 556

² Aspectos Jurídicos da Licitação. São Paulo: Ed. Saraiva. p. 121

Segundo Marçal Justen Filho³ :

“O INTERESSE PÚBLICO, NÃO AUTORIZA, CONTUDO, IGNORAREM-SE AS DISPOSIÇÕES NORTEADORAS DO ATO CONVOCATÓRIO E DA LEI. NÃO SE ADMITE QUE A PRETEXTO DE SELECIONAR A MELHOR PROPOSTA, SEJAM AMESQUINHADAS AS GARANTIAS E OS INTERESSES DOS LICITANTES E IGNORADO O DISPOSTO NO ATO CONVOCATÓRIO.”

Em uma licitação pública todos os participantes têm que comprovar o que foi exigido no edital, por atendimento ao Princípio da Igualdade. Por isso, essa municipalidade tem apenas um caminho a seguir: desclassificar a recorrida para restaurar a legalidade do procedimento e isso será ratificado com a diligência ora requerida. Segundo Diógenes Gasparini⁴:

“ESTABELECIDAS AS REGRAS DE CERTA LICITAÇÃO, TORNAM-SE ELAS INALTERÁVEIS DURANTE TODO O SEU PROCEDIMENTO. NADA JUSTIFICA QUALQUER ALTERAÇÃO DE MOMENTO OU PONTUAL PARA ATENDER ESTA OU AQUELA SITUAÇÃO.”

Nesse contexto, esses Julgadores devem se ater às seguintes premissas fundamentais:

- i) a vinculação dos licitantes e desse Pregoeiro às regras do edital;
- ii) que o julgamento deve-se dar em acordo com os critérios de avaliação dispostos para fins de habilitação;
- iii) a não observância do princípio da vinculação ao edital acarreta, por consequência, o descumprimento aos princípios da publicidade, da legalidade, da livre competição e do julgamento objetivo com base em critérios fixados no edital;
- iv) o seguimento às regras do edital é fundamental para garantir a segurança do serviço a ser contratado, não sendo mera formalidade ou apego às exigências excessivas, mas, sim, obrigação da administração pública;

³ Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos. 7ª edição. Dialética. São Paulo. p. 440-441/448.

⁴ 19-DIREITO ADMINISTRATIVO, Saraiva, 4ª ed., São Paulo, p. 293.

- v) a partir da publicação do edital, as regras do processo são aqueles estabelecidas literalmente no instrumento, não tendo sido impugnadas pela empresa recorrida que acatou suas disposições;
- vi) todo e qualquer ato é vinculado ao instrumento licitatório, não havendo margem para interpretação ou divagação;

Sobre tal questão, assim asseverou a ilustre Professora Maria Sylvia Zanella di Pietro⁵:

“NO CURSO DO PROCEDIMENTO, TODAS AS EXIGÊNCIAS CONSTANTES DO EDITAL DEVEM, EM PRINCÍPIO, SER ATENDIDAS POR TODOS OS LICITANTES, NÃO CABENDO INVOCAR O PRINCÍPIO DA RAZOABILIDADE PARA AFASTAR O CUMPRIMENTO DE FORMALIDADE EXIGIDA IGUALMENTE NO INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO, PARA TODOS OS LICITANTES, SOB PENA DE OFENSA AOS PRINCÍPIOS DA LEGALIDADE, DA VINCULAÇÃO AO INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO E DA ISONOMIA.

O interesse público deve ser considerado, bem como o princípio da seleção da proposta mais vantajosa, contudo não podem fazer com que a Administração Pública deixe de observar também aos Princípios da Legalidade, da Vinculação ao Edital, da Igualdade entre os licitantes. Oportuno se faz o ensinamento de Carlos Ari Sundfeld:

“A formulação, nos editais de licitação, de exigências a serem atendidas pelo licitante, a fim de comprovar sua qualificação técnica e econômica, tem base constitucional. É EVIDENTE QUE TAIS EXIGÊNCIAS LIMITAM A COMPETIÇÃO NO CERTAME LICITATÓRIO, POIS RESULTAM NO ALIJAMENTO DE TODOS AQUELES QUE, NÃO PODENDO ATENDÊ-LAS, VÊEM-SE PRIVADOS DA OPORTUNIDADE DE CONTRATAR COM O ESTADO”. (A Habilitação nas Licitações e os Atestados de Capacidade técnico Operacional. In Licitações e contratos administrativos. São Paulo: Ed. Revista dos Tribunais, p. 100-101).

Portanto, não há como se ignorar as regras do próprio edital que regem o presente certame! Caso observada a vinculação ao edital, princípio que deve reger a atuação do Administrador Público, a licitante recorrida deve ser sumariamente desclassificada, **até porque é notório no mercado que tal produto não tem o selo FSC e informações e código do fabricante em suas embalagens.**

⁵ Temas Polêmicos sobre Licitações e Contratos. 4ª edição, Malheiros, São Paulo. ps.44/45.

Em licitação pública todos os participantes têm que comprovar o que foi exigido no edital, por atendimento ao Princípio da Igualdade. Do contrário, tal ato privilegiaria um particular em detrimento dos demais participantes, já que **muitas empresas deixaram de participar em função justamente das citadas exigências**. Segundo Maria Sylvia Zanella di Pietro⁶:

“O procedimento da licitação é vinculado à lei e ao edital. [...] A LIBERALIDADE EM RELAÇÃO A UM LICITANTE VEM EM PREJUÍZO DOS OUTROS, QUE ATENDERAM A TODAS AS EXIGÊNCIAS DO EDITAL, OFENDENDO, PORTANTO, O PRINCÍPIO DA ISONOMIA. NO CURSO DO PROCEDIMENTO, TODAS AS EXIGÊNCIAS CONSTANTES DO EDITAL DEVEM, EM PRINCÍPIO, SER ATENDIDAS POR TODOS OS LICITANTES, NÃO CABENDO INVOCAR O PRINCÍPIO DA RAZOABILIDADE PARA AFASTAR O CUMPRIMENTO DE FORMALIDADE EXIGIDA IGUALMENTE NO INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO, PARA TODOS OS LICITANTES, SOB PENA DE OFENSA AOS PRINCÍPIOS DA LEGALIDADE, DA VINCULAÇÃO AO INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO E DA ISONOMIA.”

Pelo exposto, a constatação do descumprimento ao edital é manifesta, devendo esses Julgadores, após a confirmação do exposto em diligência, promoverem a desclassificação sumária da recorrida por descumprimento ao item 19.

Oportuno se faz o ensinamento de Carlos Ari Sundfeld:

“A formulação, nos editais de licitação, de exigências a serem atendidas pelo licitante, a fim de comprovar sua qualificação técnica e econômica, tem base constitucional. É EVIDENTE QUE TAIS EXIGÊNCIAS LIMITAM A COMPETIÇÃO NO CERTAME LICITATÓRIO, POIS RESULTAM NO ALIJAMENTO DE TODOS AQUELES QUE, NÃO PODENDO ATENDÊ-LAS, VÊEM-SE PRIVADOS DA OPORTUNIDADE DE CONTRATAR COM O ESTADO”. (A Habilitação nas Licitações e os Atestados de Capacidade técnico Operacional. In Licitações e contratos administrativos. São Paulo: Ed. Revista dos Tribunais, p. 100-101).

⁶ Temas Polêmicos sobre Licitações e Contratos. 4ª edição, Malheiros, São Paulo. ps.44/45.

Nobre Pregoeiro, se trata o caso de descumprimento explícito a exigências expressamente contidas no edital e estabelecidas como obrigatórias e necessárias à contratação. Veja-se o disposto nos itens 7.24. e 9.5.2:

7.24. Serão desclassificadas as propostas que não atenderem às exigências do presente Edital e seus anexos.

(...)

9.5. Será desclassificada a proposta comercial que:

(...)

9.5.2. Não atenda às exigências estabelecidas neste edital ou em diligência;

Portanto, não há como se admitir a classificação da proposta da. A constatação do não atendimento ao edital é evidente e facilmente comprovada caso solicitada uma simples diligência. Não há como se considerar válida a classificação de empresa que apresentou proposta em desconformidade com o estabelecido no edital e em suas especificações. Segundo Cretella Júnior⁷:

“A DESCLASSIFICAÇÃO É ATO VINCULADO OU PREDETERMINADO – E, PORTANTO, NÃO DISCRICIONÁRIO –, QUE A ADMINISTRAÇÃO É OBRIGADA A EDITAR.[...] Vê-se, pois, QUE A REGRA LEGAL E O TRATAMENTO IGUALITÁRIO DEVIDO A TODOS OS LICITANTES NÃO PERMITEM A ACEITAÇÃO DA PROPOSTA CONFLITIVA COM O EDITAL, OU MESMO DÚBIA.”

Certamente, a recorrida alegará em sua defesa que o julgamento do pregão deve-se ater ao preço e a um suposto interesse público, porém, da forma deturpada como se coloca, **fica parecendo que as regras do edital não precisam mais ser cumpridas pelos licitantes, já que aquilo que realmente importa é a seleção da menor proposta.**

O formalismo que não deve prevalecer nas licitações diz respeito a erros de digitação, ausência de rubricas em documentos, páginas numeradas, ordem dos documentos apresentados e outras questões de menor importância e relevo, o que não é o caso ora contestado.

⁷ Das Licitações Públicas. Forense. São Paulo.p.454/457.

Portanto, diante de tais constatações acima expostas, caso observada a vinculação ao edital, é evidente que a recorrida deverá ser sumariamente desclassificada. Segundo Diógenes Gasparini⁸:

“(…) ESTABELECIDAS AS REGRAS DE CERTA LICITAÇÃO, TORNAM-SE ELAS INALTERÁVEIS DURANTE TODO O SEU PROCEDIMENTO. NADA JUSTIFICA QUALQUER ALTERAÇÃO DE MOMENTO OU PONTUAL PARA ATENDER ESTA OU AQUELA SITUAÇÃO. Se, em razão do interesse público, alguma alteração for necessária, essa poderá ser promovida através de rerratificação do ato convocatório, reabrindo-se, por inteiro, o prazo de entrega dos envelopes 1 e 2 contendo, respectivamente, os documentos de habilitação e proposta.”

Além disso, a jurisprudência e doutrina acerca do assunto são conclusivas:

“1. O PRINCÍPIO DA VINCULAÇÃO AO EDITAL IMPEDE A PRETENSÃO DE MUDAR-SE QUALQUER EXIGÊNCIA, dentre as quais a de formação superior específica para a área.

2. Recurso a que se nega provimento.”
(STJ, ROMS nº 6.161/RJ)

“EMENTA: DIREITO ADMINISTRATIVO. LICITAÇÃO. EDITAL COMO INSTRUMENTO VINCULATÓRIO DAS PARTES. ALTERAÇÃO COM DESCUMPRIMENTO DA LEI. SEGURANÇA CONCEDIDA. É ENTENDIMENTO CORRENTIO NA DOUTRINA, COMO NA JURISPRUDÊNCIA, QUE O EDITAL, NO PROCEDIMENTO LICITATÓRIO, CONSTITUI LEI ENTRE AS PARTES E É INSTRUMENTO DE VALIDADE DOS ATOS PRATICADOS NO CURSO DA LICITAÇÃO. AO DESCUMPRIR NORMAS EDITALÍCIAS, A ADMINISTRAÇÃO FRUSTRA A PRÓPRIA RAZÃO DE SER DA LICITAÇÃO E VIOLA OS PRINCÍPIOS QUE DIRECIONAM A ATIVIDADE ADMINISTRATIVA, TAIS COMO: O DA LEGALIDADE, DA MORALIDADE E DA ISONOMIA.” (STJ, MS nº 5.597/DF).

⁸ DIREITO ADMINISTRATIVO, Saraiva, 4ª ed., São Paulo, p. 293.

“ADMINISTRATIVO. LICITAÇÃO. INOBSERVÂNCIA DO DEVIDO PROCESSO LEGAL. ALTERAÇÃO DO EDITAL NO CURSO DO PROCEDIMENTO LICITATÓRIO, EM DESOBEEDIÊNCIA AOS DITAMES DA LEI. CORREÇÃO POR MEIO DE MANDADO DE SEGURANÇA. 1- O princípio da **vinculação ao "instrumento convocatório"** norteia a atividade do Administrador, no procedimento licitatório, que constitui ato administrativo formal e se erige em freios e contrapesos aos poderes da autoridade julgadora. STJ - 1ª Seção - MS nº 5755/DF.

Portanto, em licitação pública todos os participantes têm que comprovar o que foi exigido no edital, por atendimento ao Princípio da Igualdade. Acerca do assunto, mais uma vez cita-se o renomado autor Marçal Justen Filho⁹:

“O julgamento das propostas dissocia-se, no mínimo, em dois momentos. No primeiro, efetiva-se exame sobre a regularidade formal e a admissibilidade material delas. Posteriormente, aprecia-se propriamente a vantajosidade das propostas, segundo os critérios previstos no ato convocatório. **NÃO SERÃO OBJETO DE APRECIÇÃO AS PROPOSTAS QUE NÃO PREENCHAM OS REQUISITOS FORMAIS E MATERIAIS PREVISTOS NA LEI E NO ATO CONVOCATÓRIO. ESSAS SERÃO DESCLASSIFICADAS**”.

(grifos nossos)

O interesse público deve ser considerado, bem como o princípio da seleção da proposta mais vantajosa, contudo não podem fazer com que a Administração Pública deixe de observar também aos Princípios da Legalidade, da Vinculação ao Edital, da Igualdade entre os licitantes. Portanto, não há como se ignorar as regras do próprio edital que regem o presente certame!

É esse o entendimento majoritário da jurisprudência:

“Administrativo e processual civil – Licitação – Descumprimento de Cláusula Editalícia – Mandado de Segurança – Inexistência de Direito Líquido e Certo e Dano Irreparável.

I – NA LICITAÇÃO, IMPÕE-SE A DESCLASSIFICAÇÃO DE PROPONENTE QUE, AO APRESENTAR OFERTA, DESCUMPRE CLÁUSULA EDITALÍCIA,

⁹ Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos, 7 ed., Dialética, SP, p.468.

NÃO AGINDO ASSIM A ADMINISTRAÇÃO, EM DESCONFORMIDADE COM O DIREITO, QUANDO O ALIJA DO CERTAME.

II – Inexistindo direito líquido e certo e dano irreparável, cassa-se a liminar e denega-se a segurança. (STJ – MS 4222, 30/11/1995, Impetrante: Indústrias Reunidas Oca S/A, Impetrado: Ministro Presidente do Tribunal de Justiça, Relator: Ministro Waldemar Zveiter).” (grifos nossos)

“Contrato Administrativo. Licitação. Critério do Menor Preço. Julgamento das Propostas. Descumprimento de Cláusula do Edital. Desclassificação de Concorrente.

I – O MENOR PREÇO, COMO CRITÉRIO QUALIFICADOR DE UMA LICITAÇÃO, NÃO OPERA ISOLADAMENTE. ALÉM DA OFERTA MAIS VANTAJOSA (MENOR PREÇO), O PRETENSO VENCEDOR DEVE TAMBÉM APRESENTAR PROPOSTA DE ACORDO COM AS ESPECIFICAÇÕES DO EDITAL, COMO LEI DA LICITAÇÃO (ART. 45, §1º, I IDEM)

II – SE O LICITANTE, AO APRESENTAR OFERTA, DESCUMPRE CLÁUSULA EXPRESSA DO EDITAL, IMPÕE-SE-LHE A DESCLASSIFICAÇÃO, NÃO AGINDO A ADMINISTRAÇÃO, AO RETIRÁ-LO DO CERTAME, EM DESCONFORMIDADE COM A LEI (ART. 48, I IDEM) (TRF 1ª r., Ap. em MS 96.01.45810-7/DF, Apelante: Braseg --Serviços Gerais Ltda; Apelada: Sublime Serviços Gerais Ltda. Relator: Juiz Olindo Menezes).”

Por isso, ainda que sabidamente sem intenção, a classificação concedida à recorrida, caso mantida, privilegiará indevidamente um licitante em detrimento aos demais participantes que se esforçaram para ofertar produtos em acordo às especificações exigidas no item 19, razão pela qual se espera que o julgamento proferido seja objeto de revisão por esses i. Julgadores.

III -DO PEDIDO

Por todo o exposto, **REQUER seja julgado integralmente procedente o presente recurso, promovendo-se a desclassificação da licitante Ativa Licitações e Empreendimentos Comerciais Ltda.** em respeito aos itens 7.24.; 9.5.2 e 19 do edital e, ainda, aos Princípios da Igualdade, da Vinculação ao Instrumento Convocatório e da Legalidade.



Concomitantemente, **REQUER** seja realizada diligência, nos termos do item 18.6. do ato convocatório, **para que seja demandado à recorrida o envio de amostra original com embalagem para comprovar o selo FSC e as certificações no caso da Nacional Paper ser a fabricante do papel (matéria prima = bobina de papel) ou, caso seja convertedora, o selo e código do FSC vinculada a Nacional Paper.**

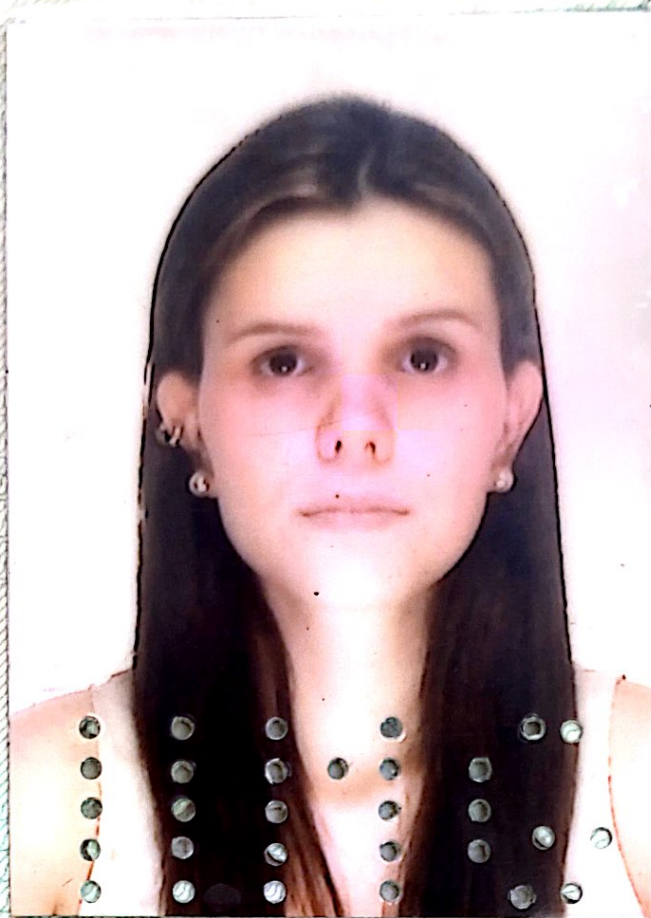
Pede Deferimento.

Belo Horizonte, 08 de maio de 2024.

Lívia Ramalho Leonel Andrade Silveira
DIRETORA DE NOVOS NEGÓCIOS
CPF 051.938.586-19 / ID MG-10.330.011

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ESTADO DE MINAS GERAIS
POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DE MINAS GERAIS
INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO



POLEGAR DIREITO



[Assinatura manuscrita]
ASSINATURA DO TITULAR

CARTEIRA DE IDENTIDADE

VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO
GERAL

MG-10.330.011

DATA DE
EXPEDIÇÃO

26/03/2012

NOME LIVIA RAMALHO LEONEL ANDRADE
SILVEIRA

FILIAÇÃO

HIGINO LEONEL DA SILVA NETO
ELAINE CRISTINA R. L. DA SILVA

NATURALIDADE

DATA DE NASCIMENTO

BELO HORIZONTE-MG 20/12/1982

DOC ORIGEM

CAS. LV-273 FL-193

BELO HORIZONTE-MG

CPF 051938586-19

PIC-1225

LETÍCIA ALESSI MACHADO ROGÊDO
ASSINATURA DO DIRETOR

LEI N° 7.116 DE 29/08/83

3 VIA



JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Registro Digital

Capa de Processo

Identificação do Processo		
Número do Protocolo	Número do Processo Módulo Integrador	Data
24/221.007-4	MGE2400311770	04/04/2024

Identificação do(s) Assinante(s)	
CPF	Nome
051.938.586-19	LIVIA RAMALHO LEONEL ANDRADE SILVEIRA

Junta Comercial do Estado de Minas Gerais



Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Certifico o registro sob o nº 11619687 em 08/04/2024 da Empresa PAPEX DO BRASIL INDUSTRIA E COMERCIO LTDA., Nire 31212604169 e protocolo 242210074 - 05/04/2024. Autenticação: 22351C360538C55E2FBEA9DF1BAF4E89444C3FD. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse <http://www.jucemg.mg.gov.br> e informe nº do protocolo 24/221.007-4 e o código de segurança jeqH Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 08/04/2024 por Marinely de Paula Bomfim Secretária-Geral.


MARINELY DE PAULA BOMFIM
SECRETÁRIA-GERAL

PAPEX DO BRASIL INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA.

Alteração Contratual nº 11

CNPJ: 24.069.938/0001-26

NIRE: 31212604169

Rua José Benedito Antão, 137, Galpão 159, Bairro Caiçaras

CEP: 31250-115 - Belo Horizonte-MG

1. **LÍVIA RAMALHO LEONEL ANDRADE SILVEIRA**, brasileira, casada no regime da comunhão parcial de bens, empresária, residente na cidade de Nova Lima-MG, na Rua Gonzáles Pecotche, 392, Bloco 1, Aptº 1903, Bairro Vila da Serra, CEP: 34006-080, portadora da carteira de identidade nº MG-10.330.011, expedida pela Polícia Civil de Minas Gerais, CPF nº 051.938.586-19, nascida aos 20/12/1982; sócia componente da sociedade empresária limitada denominada:

PAPEX DO BRASIL INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA., com sede na cidade de Belo Horizonte-MG, na Rua José Benedito Antão, 137, Galpão 159, Bairro Caiçaras, CEP: 31250-115, conforme arquivamento de Empresário perante a Junta Comercial do Estado de Minas Gerais sob o nº 31111461371, em 28/01/2016, e posterior transformação em Empresa Individual de Responsabilidade Limitada sob o nº 31600631601, transformando-se, mais tarde, em Sociedade Empresária Limitada sob o nº 31212604169, inscrita no CNPJ sob o nº 24.069.938/0001-26; resolve fazer alterações, fazendo-as mediante as seguintes cláusulas e condições:

ALTERAÇÃO ÚNICA – DO ENDEREÇO DA FILIAL

1.1 A filial estabelecida na cidade da Serra/ES, na Av. Acesso Rodoviário, S/N, Setor Industrial, Quadra 06, Lote M02, Sala 116, Terminal Intermodal da Serra, CEP: 29161-376, inscrita no CNPJ sob o nº 24.069.938/0002-07, e NIRE nº 32900792805, tem seu endereço alterado para a Rodovia Governador Mário Covas, 3255, Armazém 08, Sala 116, Bairro Padre Mathias, Cariacica/ES, CEP: 29157-100.



**CONSOLIDAÇÃO DO
CONTRATO SOCIAL**
Sociedade Limitada Unipessoal

PRIMEIRA – DA DENOMINAÇÃO SOCIAL E SEDE

1.1 A sociedade girará sob o nome empresarial: **PAPEX DO BRASIL INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA.**, e terá sede e domicílio na cidade de Belo Horizonte-MG, na Rua José Benedito Antão, 137, Galpão 159, Bairro Caiçaras, CEP: 31250-115.

Parágrafo Primeiro – A sociedade utiliza o nome de fantasia: **PAPEX DO BRASIL.**

Parágrafo Segundo – A sociedade possui uma filial na cidade de Cariacica/ES, na Rodovia Governador Mário Covas, 3255, Armazém 08, Sala 116, Bairro Padre Mathias, CEP: 29157-100, inscrita no CNPJ sob o nº 24.069.938/0002-07, e NIRE nº 32900792805, cujo objeto social é: Comércio atacadista de artigos e equipamentos para escritório e papelaria, papel e papelão bruto, pilhas, brinquedos, equipamentos e suprimentos de informática, de áudio e vídeo, produtos de higiene, limpeza, conservação domiciliar, embalagens, aparelhos e componentes eletrônicos, de telefonia, comunicação e equipamentos elétricos de uso pessoal e doméstico.

SEGUNDA – DO OBJETO SOCIAL

2.1 Constitui objeto da sociedade: Fabricação de produtos de papel, cartolina, papel cartão e papelão ondulado para uso comercial e de escritório; comércio atacadista de artigos e equipamentos para escritório e papelaria, papel e papelão bruto, pilhas, brinquedos, equipamentos e suprimentos de informática, de áudio e vídeo, produtos de higiene, limpeza, conservação domiciliar, embalagens, aparelhos e componentes eletrônicos, de telefonia, comunicação e equipamentos elétricos de uso pessoal e doméstico.

TERCEIRA – DO CAPITAL SOCIAL

3.1 O capital é de R\$2.350.000,00 (dois milhões, trezentos e cinquenta mil reais), desmembrado em cotas no valor nominal de R\$1,00 (um real) cada uma, assim distribuídas:



SÓCIA	COTAS	VALOR (R\$)	PARTICIPAÇÃO
LÍVIA RAMALHO LEONEL ANDRADE SILVEIRA	2.350.000	R\$ 2.350.000,00	100%
TOTAL	2.350.000	R\$ 2.350.000,00	100%

Parágrafo Primeiro - O capital foi totalmente integralizado, conforme instrumento de Contrato Social e Alteração Contratual;

Parágrafo Segundo - Conforme estabelece o artigo 1.054, combinado com o artigo 997, VIII, do Código Civil, Lei nº 10.406/2002, os sócios não responderão subsidiariamente pelas obrigações sociais;

Parágrafo Terceiro - Se, eventualmente, o capital social ou parte dele for integralizado em bens (neste instrumento ou em futuras alterações contratuais), todos os sócios responderão, solidariamente, pela exatidão do valor estimado dos mesmos, até o prazo de 5 (cinco) anos;

Parágrafo Quarto - Depois de integralizadas as cotas, o capital social poderá ser aumentado.

QUARTA – DO PRAZO DE DURAÇÃO

4.1 O prazo de duração da sociedade é por tempo indeterminado, e o início de suas atividades se deu no dia 27 de janeiro de 2016.

QUINTA - DA ADMINISTRAÇÃO DA SOCIEDADE

5.1 A administração caberá à sócia **LÍVIA RAMALHO LEONEL ANDRADE SILVEIRA**, que poderá representar a sociedade ativa, passiva, judicial e extrajudicialmente em qualquer circunstância, tais como: perante órgãos públicos, autarquias, bancos e outras instituições financeiras, cartórios, organismos internacionais e escritórios.

Parágrafo Único - É permitido o uso do nome empresarial, inclusive para avais, fianças, abonos ou assumir obrigações, seja em favor de qualquer dos cotistas ou de terceiros.



SEXTA – DA CESSÃO DE COTAS

6.1 As cotas são indivisíveis e, se realizada a cessão delas, deverá ser formalizada a alteração contratual pertinente.

SÉTIMA – DO RESULTADO E SUA DISTRIBUIÇÃO

7.1 O exercício social coincidirá com o ano civil, encerrando-se em 31 de dezembro e, ao término de cada exercício, os administradores prestarão contas justificadas de sua administração, com elaboração do inventário, do balanço patrimonial e do balanço de resultado econômico.

Parágrafo Único - Fica a sociedade autorizada a distribuir antecipadamente lucros do exercício, com base em levantamento de balanço intermediário, observada a reposição de lucros quando a distribuição afetar o capital social, conforme estabelece o artigo 1.059, da Lei 10.406/2002.

OITAVA – DA RETIRADA *PRÓ-LABORE*

8.1 A sócia **LÍVIA RAMALHO LEONEL ANDRADE SILVEIRA** terá direito a uma retirada mensal de “*Pró-labore*”, cujo valor será livremente convencionado. O valor da retirada aqui referida será levado a débito da conta Despesas Gerais ou equivalente, observada a legislação do Imposto de Renda.

Parágrafo Único - Os sócios não poderão distribuir lucros ou realizar retiradas, se distribuídos com prejuízo do capital social.

NONA – DA CAUSA MORTIS

9.1 No caso de falecimento do sócio, seus herdeiros poderão ser admitidos.

Parágrafo Primeiro - Esses herdeiros deverão manifestar, por escrito, seu interesse ou não de ser admitidos na sociedade, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, contados a partir do falecimento;



Parágrafo Segundo - Caso não queiram ser admitidos na sociedade, os haveres do *de cujus*, apurados até o balanço especial, serão pagos em 12 (doze) prestações mensais e sucessivas, atualizadas com base no índice de preços ao consumidor real – IPC-r/IBGE, ou pelo IGP/FGV, para o mesmo período, vencendo-se a primeira após 60 (sessenta) dias, contados a partir do evento, acrescidas de juros de 12% (doze por cento) ao ano;

Parágrafo Terceiro - Serão considerados haveres, o saldo de caixa e bancos, estoque e duplicatas recebíveis, o ativo imobilizado que estiver livre de ônus e avaliado pelo valor de mercado, deduzindo as obrigações fiscais, fornecedores, trabalhistas e demais obrigações assumidas pela sociedade a curto ou em longo prazo.

DÉCIMA – DA DECLARAÇÃO DE DESIMPEDIMENTO

10.1 O(s) sócio(s) declara(m), sob as penas da lei, que não está(ão) impedido(s) de exercer a administração da sociedade, ou de participar dela, por lei especial, ou em virtude de condenação criminal, nos termos do artigo 1.011, § 1º da Lei 10.406/2002, ou por se encontrar sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública, ou a propriedade.

DÉCIMA PRIMEIRA – DO CONSELHO FISCAL

11.1 A sociedade poderá instituir um conselho fiscal composto de três ou mais membros e respectivos suplentes, sócio ou não.

DÉCIMA SEGUNDA - DA IMPENHORABILIDADE DAS COTAS

12.1 Ficam, as cotas que compõem ou que venham a compor o capital desta sociedade, gravadas com cláusula de impenhorabilidade, incomunicabilidade conjugal e inalienabilidade parcial.



DÉCIMA TERCEIRA – DAS FILIAIS

13.1 A sociedade poderá, a qualquer tempo, abrir ou fechar filial ou dependência, o que será feito mediante alteração contratual assinada por todos os sócios.

DÉCIMA QUARTA – DOS CASOS OMISSOS

14.1 A sociedade reger-se-á pelas normas constantes do Código Civil (Lei 10.406, de 10/01/2002), no entanto, nas omissões, reger-se-á, supletivamente, pelas normas das sociedades anônimas (Lei 6.404/76).

DÉCIMA QUINTA – DO FORO

15.1 Fica eleito o Foro da Comarca de Belo Horizonte-MG para dirimir qualquer questão oriunda deste contrato.

E assim, por estarem justos e contratados, assinam o presente instrumento, o qual será levado a registro perante a Junta Comercial do Estado de Minas Gerais.

Belo Horizonte-MG, 04 de abril de 2024.

Assinado Digitalmente
LÍVIA RAMALHO LEONEL ANDRADE SILVEIRA





JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Registro Digital

Documento Principal

Identificação do Processo		
Número do Protocolo	Número do Processo Módulo Integrador	Data
24/221.007-4	MGE2400311770	04/04/2024

Identificação do(s) Assinante(s)	
CPF	Nome
051.938.586-19	LIVIA RAMALHO LEONEL ANDRADE SILVEIRA



Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Certifico o registro sob o nº 11619687 em 08/04/2024 da Empresa PAPEX DO BRASIL INDUSTRIA E COMERCIO LTDA., Nire 31212604169 e protocolo 242210074 - 05/04/2024. Autenticação: 22351C360538C55E2FBEA9DF1BAF4E89444C3FD. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse <http://www.jucemg.mg.gov.br> e informe nº do protocolo 24/221.007-4 e o código de segurança jeqH Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 08/04/2024 por Marinely de Paula Bomfim Secretária-Geral.


MARINELY DE PAULA BOMFIM
SECRETÁRIA-GERAL



TERMO DE AUTENTICAÇÃO - REGISTRO DIGITAL

Certifico que o ato, assinado digitalmente, da empresa PAPEX DO BRASIL INDUSTRIA E COMERCIO LTDA., de NIRE 3121260416-9 e protocolado sob o número 24/221.007-4 em 05/04/2024, encontra-se registrado na Junta Comercial sob o número 11619687, em 08/04/2024. O ato foi deferido eletronicamente pelo examinador Weveling Paulino Rodrigues de Aguiar.

Certifica o registro, a Secretária-Geral, Marinely de Paula Bomfim. Para sua validação, deverá ser acessado o sítio eletrônico do Portal de Serviços / Validar Documentos (<https://portalservicos.jucemg.mg.gov.br/Portal/pages/imagemProcesso/viaUnica.jsf>) e informar o número de protocolo e chave de segurança.

Capa de Processo

Assinante(s)	
CPF	Nome
051.938.586-19	LIVIA RAMALHO LEONEL ANDRADE SILVEIRA

Documento Principal

Assinante(s)	
CPF	Nome
051.938.586-19	LIVIA RAMALHO LEONEL ANDRADE SILVEIRA

Belo Horizonte. segunda-feira, 08 de abril de 2024



Documento assinado eletronicamente por Weveling Paulino Rodrigues de Aguiar, Servidor(a) Público(a), em 08/04/2024, às 07:32 conforme horário oficial de Brasília.



A autenticidade desse documento pode ser conferida no [portal de serviços da jucemg](http://www.jucemg.mg.gov.br) informando o número do protocolo 24/221.007-4.





JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Registro Digital

O ato foi deferido e assinado digitalmente por :

Identificação do(s) Assinante(s)	
CPF	Nome
873.638.956-00	MARINELY DE PAULA BOMFIM



Belo Horizonte. segunda-feira, 08 de abril de 2024



Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Certifico o registro sob o nº 11619687 em 08/04/2024 da Empresa PAPEX DO BRASIL INDUSTRIA E COMERCIO LTDA., Nire 31212604169 e protocolo 242210074 - 05/04/2024. Autenticação: 22351C360538C55E2FBEA9DF1BAF4E89444C3FD. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse <http://www.jucemg.mg.gov.br> e informe nº do protocolo 24/221.007-4 e o código de segurança jeqH Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 08/04/2024 por Marinely de Paula Bomfim Secretária-Geral.


MARINELY DE PAULA BOMFIM
SECRETÁRIA-GERAL

pág. 11/11